



CURITIBA



CURITIBA S.A.

Folha nº .....50.....  
DP4 - Curitiba S.A.  
Rubrica:.....20.....**PROTOCOLO 57-000209/2018****PARECER Nº 087/2018-DP-4**

**EMENTA:** ANÁLISE EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2018 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA - CUMPRIMENTO DAS FORMALIDADES LEGAIS - REQUISITOS LEI 8.666/93.

Através do presente protocolo, o Pregoeiro solicita análise da minuta de Edital e respectivos anexos, para o Pregão Eletrônico nº. 006/2018 (fls. 16/48), cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de auditoria independente nas demonstrações contábeis da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - Curitiba S.A, atendendo as especificações contidas tanto no Projeto Básico (fls.1/5), bem como na minuta sob análise, tendo sido devidamente estabelecidas as especificações e quantidades, os parâmetros de preços e limites para o certame, bem como as obrigações das partes.

Da análise da minuta do instrumento convocatório e respectivos anexos, temos a considerar que estão em consonância com as determinações legais (art. 38, inciso VI, da lei nº 8.666/93), razão pela qual, por não ter sido observado qualquer vício que inviabilize a continuidade do processo licitatório e desde que observadas as formalidades legais quanto à publicidade e aos prazos para a deflagração do certame, tem-se que a Minuta de Edital apresentada para o Pregão Eletrônico nº 006/2018 está em consonância com o ordenamento jurídico vigente, estando apto para a continuidade.

Anota-se, ainda, que a Diretoria Executiva já autorizou a abertura do processo licitatório na modalidade adotada (fls. 10), bem como foi atestado pela Gerência Financeira a disponibilidade de recursos financeiros para as despesas em questão (fls. 15), bem como indicados o gestor e respectivo suplente (fls. 011) e declaração que os preços dos itens em referência estão de acordo com o praticado no mercado (fls. 14).

Diante disto, observadas as exigências de ordem legal e estando o edital e respectivos anexos em consonância com as determinações da Lei 8.666/93, entende esta Supervisão Jurídica que poderá ser dado continuidade e deflagrado o certame.

Curitiba, 04 de dezembro de 2018.

**Ricardo Costa Maguetas**

**OAB/PR 28.275**

**Assessor Jurídico**